

JORNAL DO JUDICIÁRIO

PUBLICAÇÃO OFICIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ / EDIÇÃO Nº 10

Um direito de todos

A emissão de certidões de nascimento para crianças de até 12 anos por meio de mutirões realizados em escolas públicas de Fortaleza garante acesso à cidadania

Pgs 4 e 5

MUDANDO PARA MELHOR

A Vara de Audiências de Custódia está de mudança. A Unidade vai começar a funcionar no prédio da Delegacia de Capturas, no Centro de Fortaleza

Pg 12

1.000 CONCILIADORES

22 cursos de mediação e conciliação foram abertos pelo Nupemec de abril a setembro deste ano. Isso significa cerca de mil novos mediadores e conciliadores no Ceará

Pg 10 e 11



Expediente

GESTÃO DO JUDICIÁRIO
PRESIDENTE:

Desembargadora Maria Iracema
Martins do Vale

VICE-PRESIDENTE:

Desembargador Francisco de Assis
Filgueira Mendes

CORREGEDOR-GERAL
DA JUSTIÇA DO CEARÁ

Desembargador Francisco Lincoln
Araújo e Silva

DIRETOR DO FÓRUM CLÓVIS
BEVILÁQUA

Juiz José Maria dos Santos Sales

DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DA
MAGISTRATURA DO CEARÁ

Desembargador Heráclito Vieira
de Sousa Neto

JORNAL DO JUDICIÁRIO

PUBLICAÇÃO OFICIAL DO PODER
JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO/
EDITORA-GERAL

Silvia Goes

SUBEDITOR

Camilla Carneiro

REDAÇÃO

Alzira Barreira, Ana Carolina de
Palhano, André Anderson, Bruno de
Castro, Camilla Carneiro, Edson Gomes,
Emanuelly Néri, Karine Wanessa,
Luciberto Forte, Mariana Galvão, Naara
Vale, Pamela Lemos, Priscila Teixeira,
Rebeca Nolêto, Rodrigo Barros,
Rodrigo França, Thyliana Costa
e Ulysses Sousa

COLONISTA

Luciberto Forte e Edson Gomes

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Calvin Penna e Rannjon Mikael

FOTOGRAFIA e BANCO DE IMAGENS
Calvin Penna, Rannjon Mikael e Freepick

 www.tjce.jus.br

 imprensa@tjce.jus.br

 facebook.com/tjceoficial

 twitter.com/tjcenoticias

Editorial

Dar direito a quem não tem é também papel do Judiciário. Um judiciário mais humano, mais próximo da sociedade. E foi por isso que o Tribunal de Justiça realizou, por meio da Corregedoria Geral da Justiça, mutirão de emissão de certidões para crianças de até 12 anos que ainda não tinham registro de nascimento. Essa ação não garante somente uma identidade, mas é também um primeiro passo para a cidadania. Por consequência, dá direitos como saúde e educação. Os trabalhos estão sendo realizados até 22 de outubro em escolas municipais, levando o Judiciário aonde as pessoas estão. Também nas escolas aconteceu o mutirão do Pai Presente, que levou a possibilidade de os filhos, finalmente, incluírem o nome dos pais nos seus documentos. Além da marcação de audiências com os supostos pais e a realização de exames de DNA, o mutirão trouxe o mais importante: os reconhecimentos voluntários de paternidade. Foram 112, nas seis escolas visitadas. O “Jornal do Judiciário” traz ainda a mudança da Vara de Audiências de Custódia de Fortaleza para a Delegacia de Capturas, no Centro da Cidade. A medida visa acabar com o deslocamento de presos ao Fórum Clóvis Beviláqua, o que dará mais celeridade ao trabalho da Unidade. Nós também comemoramos a formação de mil conciliadores e mediadores pelos cursos do Nupemec. Essa capacitação dará mais credibilidade à conciliação como método de solução de conflitos, além de levar reforço aos trabalhos dos Cejuscs, em Fortaleza e no Interior. Falando em reforço, a 3ª Câmara Criminal, que iniciou os trabalhos em agosto, recebeu 3.900 processos oriundos das 1ª e 2ª Câmaras Criminais. O acervo foi redistribuído para uma maior isonomia e produtividade entre os órgãos. Conheça também as ações do Tribunal de Justiça para a melhoria da segurança de magistrados, servidores e jurisdicionados. É a tecnologia em benefício da sociedade. E que tal cuidar mais da saúde? O Judiciário atendeu aos servidores, realizando diversas ações voltadas para o cuidado com a saúde no local do trabalho, como a disponibilização de massoterapeutas e medidas preventivas de aferimento de pressão e medição de taxa de glicemia. Com mais disposição, todos trabalhamos melhor em prol de um judiciário cada vez mais eficiente.

Silvia Goes
Assessora de Comunicação
do TJCE

■ JUÍZES > TURMA RECURSAL

UM NOVO BIÊNIO

MAGISTRADOS DA TURMA RECURSAL DA FAZENDA PÚBLICA CONCLUEM BIÊNIO COM 3.797 PROCESSOS APRECIADOS. E OS TRÊS NOVOS TITULARES DO COLEGIADO JÁ CHEGARAM AO JUDICIÁRIO CEARENSE



Os juízes Eveline de Evelma Veras, André Aguiar Magalhães e Ana Cristina de Pontes Lima Esmeraldo são os novos titulares da 3ª Turma Recursal do Juizado Especial da Fazenda Pública de Fortaleza. A posse aconteceu no dia 16 de setembro, no Fórum das Turmas Recursais Professor Dollor Barreira, na Capital.

A cerimônia foi conduzida pelo desembargador Mário Parente Teófilo Neto, coordenador suplente dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais e da Fazenda Pública (JECCs). O magistrado elogiou os empossados, afirmando que são “devotados e vocacionados à causa dos juizados especiais” que, segundo o desembargador, “viabilizam e proporcionam uma enorme prestação jurisdicional à população, servindo de vitrine para a Justiça estadual”.

Representando os colegas, a juíza Eveline de Evelma Veras descreveu o momento como sendo de grande emoção e que se sentia revigorada. Comparou à ocasião em que iniciou na Magistratura, quando assumiu a titularidade da Comarca de Jati, em 1994. Por último, afirmou que sempre tentou e tentará trabalhar com “serenidade e exatidão.”

O diretor do Fórum Clóvis Beviláqua, José Maria dos Santos Sales, ressaltou que os juízes irão atuar com exclusividade nas Turmas Recursais. “Assim, esperamos mais agilidade aos processos, que as demandas sejam resolvidas mais rapidamente, porque agora os colegas vão trabalhar lá em definitivo, o que não ocorria antigamente.”

Os magistrados tomaram posse após a conclusão do biênio dos juízes Ernani Pires Paula Pessoa Júnior, Emílio de Medeiros Viana e Lia Sammia Souza Moreira. No período, foram realizadas 20 sessões de julgamento, sendo apreciados um total de 3.797 processos, entre recursos inominados, embargos de declaração, agravos internos, agravos de instrumento e recursos extraordinários.

“Encerramos nosso mandato com um sentimento de dever cumprido e de ter dado um boa prestação jurisdicional à sociedade”, afirmou o juiz Ernani Pires, ex-presidente do colegiado.

■ SERVIÇO

Fórum das Turmas Recursais Dollor Barreira
Onde: avenida Santos Dumont, nº 1.400, na Aldeota.
Telefone: (85) 3208.1606
Horário de Funcionamento: 8h às 18h

De Acordo!

Luciberto Forte
Jornalista



lucibertofo@tjce.jus.br

ENCONTRO DE JUÍZES

O VI Encontro Nacional de Juízes Estaduais (Enaje), programado para acontecer de 3 a 5 de novembro, em Porto Seguro (BA), terá como principal destaque a presença da ministra Cármen Lúcia, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF). As palestras e painéis serão focados em temas como ética, efetividade da Justiça e combate à corrupção.

ELEIÇÃO NA AMB

As eleições para renovação da diretoria da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) também será debatida no encerramento do VI Enaje. Os três candidatos que disputarão o pleito, programado para o período de 5 a 11 de novembro, apresentarão suas propostas em favor da Magistratura brasileira. O juiz José Hercy Ponte de Alencar, que atualmente exerce o cargo de Juiz Auxiliar da Vice-Presidência do TJCE, faz parte da chapa três, concorrendo para membro do Conselho Fiscal.

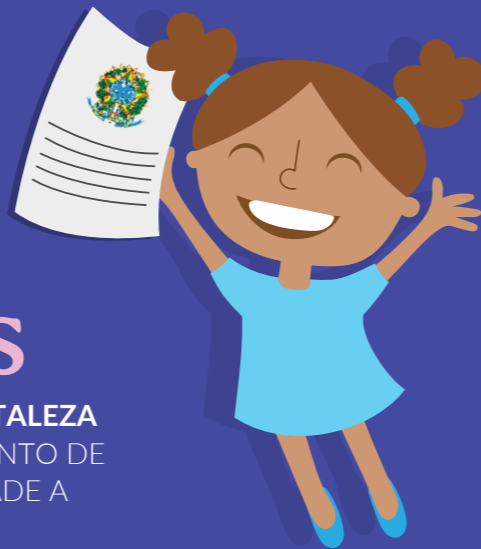
E NA ACM?

A sucessão do juiz Antônio Alves de Araújo na presidência da Associação Cearense de Magistrados (ACM) já tem dois juízes concorrentes: Ricardo Alexandre da Silva Costa e José Coutinho Thomaz Filho. O primeiro é titular da 7ª Vara Criminal de Fortaleza e tem o desembargador Raimundo Nonato Silva Santos concorrendo ao cargo de Secretário. O segundo é titular da 10ª Vara Cível, tendo como candidato a vice o desembargador Emanuel Leite Albuquerque. As inscrições se encerram no dia 13 de outubro e as eleições estão programadas para os dias 10 e 11 de novembro.

RECESSO JUDICIÁRIO

Os prazos processuais, em todos os tribunais do Poder Judiciário, serão suspensos entre 20 de dezembro a 20 de janeiro. Nesse período, não serão realizadas audiências e sessões de julgamento, conforme previsto no art. 220 do Código de Processo Civil. Os tribunais estaduais suspenderão o expediente forense no período de 20 de dezembro a 6 de janeiro, mas garantem o atendimento por meio do sistema de plantão.

um direito de todos



MUTIRÕES REALIZADOS EM ESCOLAS PÚBLICAS DE FORTALEZA PROPORCIONAM A EMISSÃO DE CERTIDÕES DE NASCIMENTO DE CRIANÇAS COM ATÉ 12 ANOS E GARANTEM ACESSIBILIDADE A DIREITOS FUNDAMENTAIS COMO EDUCAÇÃO E SAÚDE

A dona de casa Daniela Mendes, de 29 anos, não conteve a alegria ao registrar o filho Luiz Júlio, de dois meses. Ela ainda não tinha dado entrada na certidão de nascimento da criança por acreditar que precisava pagar uma multa. “Me falaram que como eu não registrei meu filho assim que ele nasceu eu teria que pagar uma multa. Fiquei com medo, porque não tenho condições”, diz. O que Daniela não sabia é que o registro civil de nascimento é um direito de todos. Por isso, ela foi surpreendida positivamente por uma iniciativa do Judiciário cearense. Trata-se de um mutirão realizado nas escolas públicas de Fortaleza para a emissão de certidões de nascimento de crianças com até 12 anos. “O objetivo é regularizar a situação de crianças que ainda não possuem o registro civil”, explica o juiz coordenador da ação, Demetrio Saker Neto.

A dona de casa agradece a iniciativa. “Quando eu soube dessa ação, fiquei muito feliz. Esse serviço que a Justiça trouxe até a nossa comunidade é muito bom. Fica perto da minha casa, é prático e me permitiu registrar meu filho gratuitamente.” Daniela registrou o pequeno Luiz durante o mutirão realizado na Escola Municipal Thomaz Pompeu Sobrinho, no bairro Itaperi.

Demetrio Saker Neto explica que o registro de nascimento é o primeiro passo para a cidadania e a certidão é a materialidade disso. “É a partir dela que a criança adquire uma identidade”, declara o juiz. Também ressalta que com a certidão de nascimento as crianças poderão tirar seus documentos pessoais e ter acesso a programas sociais dos governos Federal, Estadual e Municipal. E acrescenta: “O menor também será protegido pelo Estado contra o tráfico de crianças e o trabalho infantil.”

Para o corregedor-geral da Justiça do Ceará, desembargador Francisco Lincoln Araújo e Silva, a causa do sub-registro civil de nascimento se deve ainda pelo desconhecimento de muitos pais que não sabem que a certidão de nascimento garante não só o nome e sobrenome da criança, mas também seu vínculo familiar.

Para o desembargador, essa ação é de extrema relevância. “Esse mutirão é super importante, uma vez que o registro de nascimento é o primeiro ato civil de qualquer pessoa, conferindo identidade ao cidadão e permitindo seu relacionamento formal com o Estado”, afirma.

O promotor de Justiça do Ceará, Luciano Tonet, segue a mesma linha de pensamento do corregedor. “Infelizmente, não ter a certidão de nascimento atinge diretamente a cidadania das pessoas. Por isso, esta mobilização do Judiciário junto à sociedade é muito importante para minorar esse problema que afeta a cidadania, os direitos escolares e a saúde das nossas crianças.”

Para a presidente do TJCE, desembargadora Iracema Vale, ações como essas priorizam, acima de tudo, o trabalho social. “É muito gratificante ajudar os pais a registrarem seus filhos e fazê-los entender que o registro civil de nascimento é um ato extremamente importante”, ressalta.

O mutirão de emissão de certidões de nascimento faz parte do Programa de Erradicação do Sub-Registro Civil, idealizado pela Corregedoria Nacional de Justiça. As ações estão sendo realizadas pelo Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), por meio da Corregedoria Geral de Justiça, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e os cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais da Capital. “Essa ação é uma visão nobre do Judiciário, pois atende às demandas da população. Para nós, cartorários, é muito satisfatório participar de uma iniciativa como essa”, ressalta o presidente da Associação de Registradores de Pessoas Naturais do Ceará (Arpen-CE), Jaime Araripe.

Para participar da mobilização, que segue até o 22 de outubro, os pais deverão comparecer em uma das escolas munidos de documentos de identidade e CPF, declaração de nascimento da criança, comprovante de residência e, se forem casados, deverão apresentar a certidão de casamento. O cartório emitirá a certidão, que será assinada pelos pais e titular do cartório, e fixada com o selo oficial. Desde que foi implantado, no ano de 2010, que o Programa de Erradicação do Sub-Registro Civil de Nascimento já emitiu mais de 50.300 certidões de nascimento no Ceará.



Esse serviço que a Justiça trouxe até a nossa comunidade é muito bom. Fica perto da minha casa, é prático e me permitiu registrar meu filho gratuitamente

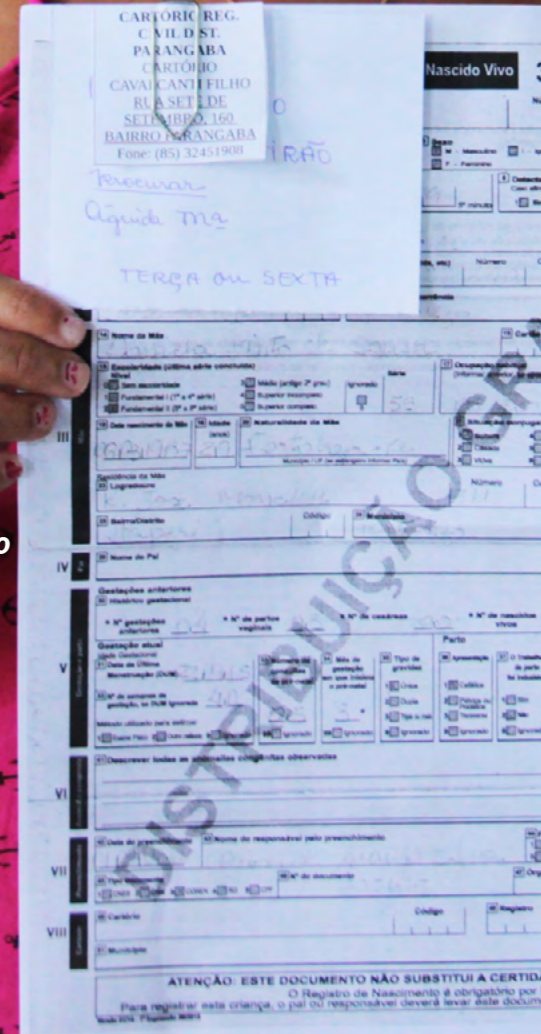
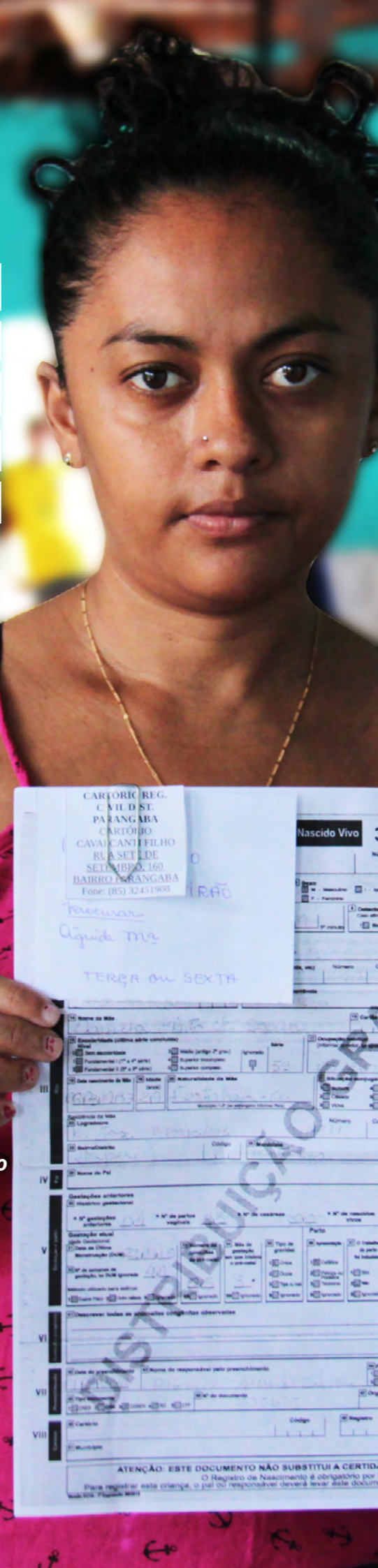
Daniela Mendes
Dona de casa

CALENDÁRIO

- 3/9**
Escola Municipal Thomaz Pompeu Sobrinho - Itaperi
- 10/9**
Escola Municipal Dois de Dezembro - Barra do Ceará
- 17/9**
Escola Municipal Santos Dumont - Bom Jardim
- 8/10**
Escola Municipal Antônio Sales - Rodolfo Teófilo
- 22/10**
Escola Municipal Professor Francisco de Melo Jaborandi - São Cristóvão

SERVIÇO

Dúvidas sobre os mutirões e emissão de Registro Civil
Telefone: 3207.7180



— PAI PRESENTE — NAS ESCOLAS

No último dia 17 de setembro, o projeto Pai Presente encerrou as visitas nas escolas públicas de Fortaleza com mais crianças reconhecidas, mais amor e mais dignidade

Desde o mês de maio, o mutirão do Pai Presente nas escolas visitou seis bairros de Fortaleza, levando a possibilidade de ter o nome dos pais na certidão de nascimento. Foram visitadas as escolas dos bairros Itaperi, Aerolândia, Barra do Ceará, Jangurussu, Rodolfo Teófilo e Bom Jardim. Mães, pais e filhos receberam a orientação da juíza coordenadora do projeto no Ceará, Roberta Ponte Marques Maia, que ressaltou a importância da iniciativa. "O mutirão foi muito importante, na medida em que possibilitou o reconhecimento voluntário de paternidade e garantiu a dignidade de centenas de crianças", declarou.

Além de mães e filhos buscando o reconhecimento da paternidade, também foi possível que os próprios pais fossem às escolas com o objetivo de reconhecer as crianças voluntariamente. Foram 112 ao total. Também foram realizados pelo Laboratório Central de Saúde Pública do Ceará (Lacen) 33 exames de DNA. Todo o procedimento foi gratuito.

Segundo Roberta Ponte, o objetivo foi aumentar o número de pessoas que apresentam o nome do pai na certidão. "Afim, todos têm direitos e garantias que estão previstos na Constituição brasileira", concluiu.

O Mutirão foi coordenado pelo Tribunal de Justiça do Ceará, por meio da Corregedoria Geral da Justiça, e contou com o apoio da Secretaria de Educação do Município de Fortaleza e da Faculdade Devry Fanor. Durante a ação no bairro Rodolfo Teófilo, o secretário de Educação municipal, Jaime Cavalcante, reconheceu a relevância da ação. "Essa força-tarefa é extremamente importante para diminuir o número de crianças que se encontram sem a paternidade reconhecida".

ESCOLAS QUE RECEBERAM O MUTIRÃO

- 21/5 - Escola Municipal Francisco Jaborandi (Jangurussu)
- 4/6 - Escola Municipal Dois de Dezembro (Barra do Ceará)
- 06/8 - Escola Municipal Edith Braga (Aerolândia)
- 20/8 - Escola Municipal Antônio Sales (Rodolfo Teófilo)
- 3/9 - Escola Municipal Thomaz Pompeu Sobrinho (Itaperi)
- 17/9 - Escola Municipal Santos Dumont (Bom Jardim)

AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO

Em setembro, também aconteceu a segunda etapa do II Mutirão do Pai Presente, entre os dias 19 e 28. Essa etapa consistiu na realização de audiências de conciliação entre mães/filhos e os supostos pais indicados durante o primeiro momento, ocorrido em julho. Foram realizadas no período 164 audiências no Centro Judiciário de Solução de Conflitos do Fórum Clóvis Beviláqua.

A auxiliar de serviços gerais Clecivânia Santiago compareceu ao Fórum logo no primeiro dia. Ela tem um filho de seis anos e conta que a criança começou a questioná-la sobre não ter também o sobrenome do pai nos documentos. Ao ver um cartaz sobre o Mutirão do Pai Presente dentro do ônibus, ela decidiu atender ao pedido do filho.

Com o nome do pai na certidão, Clecivânia acredita que a ausência sentida pela criança será amenizada e que, por meio da ação do Judiciário cearense, o pai terá oportunidade de, amigavelmente, reconhecer o filho. "Esse mutirão vai ajudar muitas mães como eu, pois tem pai que diz que o filho não é dele. Aqui, ele vai ter a oportunidade de fazer o exame sem ter confusão. Ele vem, faz o exame e tira a dúvida", afirmou.

Conforme a supervisora da força-tarefa, Flávia Dantas, o objetivo da mobilização, que era promover o maior número de reconhecimentos de paternidade possível, tem sido alcançado. "Quando a gente iniciou, não imaginava a quantidade de pessoas que iria procurar o projeto. Nós temos 183 reconhecimentos voluntários e cerca de 385 audiências realizadas no total. Além de incentivar, essa iniciativa serve para educar a sociedade para que as pessoas saibam que esse projeto não fica aqui. A qualquer momento, a pessoa pode ir ao cartório para fazer o reconhecimento voluntário."

NÚMEROS

112
reconhecimentos voluntários

6 escolas visitadas

33 exames de DNA



EM PLENO FUNCIONAMENTO

Cerca de 3.900 processos foram redistribuídos para os quatro magistrados da recém-instalada 3ª Câmara Criminal do TJCE. O acervo é originário da 1ª e 2ª Câmaras Criminais. O trabalho foi efetivado por meio do Núcleo de Redistribuição dos feitos criminais



Instalada em 9 de agosto, a 3ª Câmara Criminal veio para dar mais celeridade à tramitação de processos na área. O colegiado foi instituído pela presidente do Tribunal de Justiça do Ceará, desembargadora Iracema Vale, por meio do novo Regimento Interno da Corte Judiciária. Formado pelos desembargadores Francisco Darival Beserra Primo (presidente), Raimundo Nonato Silva Santos, José Tarcílio Souza da Silva e pelo juiz convocado Antônio Pádua Silva, o colegiado foi criado após extinção da 8ª Câmara Cível. Até então, apenas duas Câmaras no Judiciário cearense julgavam processos criminais.

Para um compartilhamento de processos de forma mais equitativa entre os órgãos, o Núcleo de Redistribuição dos feitos criminais do TJCE fez, em 30 dias, o trabalho de redistribuir as ações das duas Câmaras preexistentes para o novo colegiado. De acordo com o secretário judiciário, Antônio Valdir de Almeida Filho, a 3ª Câmara Criminal recebeu 3.900 processos. Cada um dos quatro magistrados ficou com 975 processos, referentes a 30% dos acervos processuais de cada um dos oito desembargadores integrantes da 1ª e 2ª Câmaras Criminais.

Os autos foram encaminhados à redistribuição pelo Sistema de Automação Judicial do 2º Grau (SAJSG), obedecendo aos critérios de acervo criminal, processos de cumprimento das metas 2 e 4 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e processos com réu preso.

Não foram computados para compor o acervo da 3ª Câmara Criminal os mandados de segurança e habeas corpus, bem como os incidentes processuais, embargos de declaração e recursos internos, pois são demandas de urgência, segundo explicou o diretor da Divisão de Apoio Operacional da Secretaria Judiciária, Pedro Carlos Alves Cavalcante.

“ A redistribuição desses processos é essencial para desafogar a grande demanda existente nas outras duas Câmaras Criminais. O novo colegiado vai auxiliar na agilidade de processos, além de evitar prescrições e dar mais celeridade aos habeas corpus.

Iracema Vale - Presidente do TJCE



CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO E DIREITO PRIVADO

De acordo com o novo Regimento Interno, além da extinção da 8ª Câmara Cível e a criação da 3ª Câmara Criminal, as outras sete Câmaras Cíveis Isoladas foram transformadas em Câmaras de Direito Público e de Direito Privado. Foi ainda decretada a extinção das Câmaras Cíveis Reunidas, sendo criadas, em substituição, as Seções de Direito Público e de Direito Privado.

Segundo Valdir Filho, desde o início de setembro o Núcleo de Redistribuição do Acervo das Câmaras Cíveis está realizando a redistribuição dos processos originários dos gabinetes dos desembargadores das sete Câmaras Cíveis Isoladas para as Câmaras de Direito Público e de Direito Privado.

O diretor do Departamento Judiciário Cível, David Aguiar Costa, afirma que cerca de 3 mil processos, sendo 1.700 de Direito Privado e 1.300 de Direito Público, já foram redistribuídos às novas unidades julgadoras. Nos cálculos da Secretaria Judiciária, o acervo a ser redistribuído envolve cerca de 40 mil processos. O trabalho, segundo David Costa, que coordena o Núcleo de Redistribuição, deverá ser concluído até o final de novembro deste ano.



POR MAIS SAÚDE

AÇÕES VOLTADAS PARA A SAÚDE NO LOCAL DE TRABALHO MOSTRARAM SER UMA NECESSIDADE PARA SERVIDORES DO JUDICIÁRIO CEARENSE, DE ACORDO COM RESULTADOS DE PESQUISA DE CLIMA ORGANIZACIONAL

Mais qualidade de vida. É o que os servidores do Tribunal de Justiça do Ceará tem buscado, segundo o que mostra o resultado da pesquisa de clima organizacional realizada pela Secretaria de Gestão de Pessoas do TJCE em 2015. Os participantes da pesquisa afirmaram sentir necessidade de ações voltadas para cuidados com a saúde, que incentivem novos hábitos, além da presença de profissionais da área para a realização de atividades práticas.

Pensando nisso, TJCE e Fórum Clóvis Beviláqua estão, cada vez mais, levando essas iniciativas ao local de trabalho. Em agosto, além da implantação do bicicletário no Fórum de Fortaleza, que incentiva o uso da bicicleta como meio de locomoção, o Judiciário cearense recebeu o projeto “Visão nas Mãos”, que disponibiliza o serviço de massoterapia aos servidores.

O trabalho é uma parceria da Prefeitura de Fortaleza, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, com o TJCE. Segundo a responsável pelo projeto, Lara Carvalho, “a iniciativa busca apoiar 45 massoterapeutas deficientes visuais, por meio de disponibilização de espaços públicos para que eles possam desempenhar seus trabalhos”. Para a coordenadora da Divisão de Saúde do Fórum, Michelle Feitosa, “a atividade visa dar maior qualidade de vida aos colaboradores do Judiciário durante a jornada de trabalho.”

A massoterapia tem duração de 15 minutos e custa R\$10,00. O atendimento acontece às terças no Fórum e às quintas no Tribunal de Justiça, e será realizado por tempo indeterminado. O primeiro dia do serviço no Tribunal ficou por conta do massoterapeuta Estevão Rodrigues. Com mais de três anos de experiência profissional, ele revela que é perceptível a diferença nos participantes após a sessão. “Só na respiração eu já sinto a diferença”, diz. Ele afirma que “a massoterapia resulta no relaxamento muscular, alivia dores e combate o estresse.”



PREVENÇÃO

No mês em setembro, a Divisão de Saúde Ocupacional do TJCE firmou parceria com uma rede de farmácias para realizar serviços de aferimento de pressão e medição da taxa de glicemia para os servidores. O objetivo é promover a saúde dos colaboradores da Justiça, visando prevenir doenças como hipertensão e diabetes.

Para Albenfranklin Martins, servidor do Setor de Protocolo, a iniciativa é vantajosa para os funcionários do Judiciário cearense. “O nosso tempo é muito escasso. É uma ação que deveria ser frequente, pois com saúde ninguém deve brincar. A gente tá bem agora, daqui a pouco pode não estar”, afirma.

De acordo com a servidora do Departamento Cível, Eliete Gois, a realização dos testes é importante para avaliação da saúde. “Às vezes, é como um sinal de alerta para você que não está bem procurar ajuda. Se você estiver com alguma alteração, tem de procurar um médico logo.”

A ação de prevenção aconteceu na sede do TJCE, no Fórum Clóvis Beviláqua e nos fóruns de Limoeiro do Norte, Juazeiro do Norte e Sobral.



1.000 CONCILIADORES

Foram 22 cursos de mediação e conciliação abertos pelo Nupemec do Tribunal de Justiça do Ceará de abril a setembro deste ano. O que significa cerca de mil novos mediadores e conciliadores no Ceará

Desde a implantação do novo Código de Processo Civil, em março deste ano, conciliação e mediação deixaram de ser métodos alternativos para se tornarem meios preferenciais de solução de conflitos. Por esse motivo, desde abril, o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) vem realizando cursos de mediação e conciliação, contabilizando um total de 22 cursos até setembro.

Cada turma foi composta por cerca de 50 alunos e as aulas foram ministradas nas modalidades à distância e presencial, além de estágio supervisionado. No total, as capacitações abrangeram cerca de mil servidores, conveniados e colaboradores.

Supervisor do Nupemec, o desembargador Gladyson Pontes, afirma que o curso é uma importante etapa na formação dos mediadores, mas ressalta que será na prática que as aptidões e o interesse dos participantes serão testados. "É preciso empenho e habilidade por parte do profissional da mediação para chegar a uma composição amigável entre as partes", destacou.

Em Fortaleza, foram beneficiados servidores dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais (JECCs), das Varas Cíveis, de Família, de Sucessões, de Execuções Fiscais e da Fazenda Pública do Fórum Clóvis Beviláqua.

No Interior, as capacitações foram ministradas por intermédio dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos (Cejuscs) das comarcas de Juazeiro do Norte, Crato, Iguatu, Sobral, Itapipoca, Quixadá, Tianguá, Aracati, Tauá e Crateús. Em convênio com a Associação dos Notários e Registradores do Ceará (Anoreg/CE), o Tribunal de Justiça está treinando os notários e registradores dos cartórios e tabelionatos do Estado.

Os cursos também habilitaram professores e funcionários da Universidade de Fortaleza (Unifor); Faculdade Farias Brito; Unileão e Faculdade Paraíso (FAP), ambas de Juazeiro do Norte; Universidade Regional do Cariri (Urca), instalada no Crato; e o Instituto Superior de Teologia Aplicada (INTA) de Sobral. As universidades são conveniadas com o TJCE, por meio do Nupemec. Os treinamentos beneficiaram também os servidores da Defensoria Pública.

O juiz Carlos Henrique Garcia de Oliveira, coordenador do Nupemec, destaca que este ano foi muito proveitoso para o treinamento nas áreas de mediação e conciliação. "Acreditamos nessa nova fórmula de fazer justiça", afirmou. Ele adianta que em 2017 haverá cursos de aperfeiçoamento em mediação e conciliação para os alunos já capacitados. A iniciativa terá parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).



“ É PRECISO EMPENHO E HABILIDADE POR PARTE DO PROFISSIONAL DA MEDIAÇÃO PARA CHEGAR A UMA COMPOSIÇÃO AMIGÁVEL ENTRE AS PARTES.

desembargador Gladyson Pontes

1.000 BENEFICIADOS

SEMANA DA CONCILIAÇÃO

O Nupemec também já iniciou os preparativos para a 11ª edição da Semana Nacional da Conciliação, programada para o período de 21 a 25 de novembro, com o tema "O caminho mais curto para resolver seus problemas". A promoção é do CNJ, em parceria com os tribunais de justiça dos estados e do Distrito Federal. O evento é um esforço concentrado para conciliar o maior número possível de processos em todos os tribunais do País.

No Ceará, este ano, as audiências também envolverão processos de litígios com prestadoras de serviços públicos como Cagece, Coelce, bancos públicos e privados, operadoras de telefonia, fixa e móvel, e operadoras de planos de saúde. As Turmas Recursais do Fórum Professor Dolor Barreira e as Varas de Sucessões também participarão das audiências durante a Semana da Conciliação. Segundo o juiz Carlos Henrique, a expectativa é de que esta edição supere os resultados de 2015, com a realização de mais de 14.000 audiências.

22 CURSOS ABERTOS

SERVIÇO

Para ficar informado sobre novos cursos, acesse o site do Nupemec:

<http://www.tjce.jus.br/nupemec/> ou entre em contato pelo telefone (85) 3207-6872/6874

Síntese

Edson Gomes
Jornalista



edsongomes@tjce.jus.br

SEMANA DO SERVIDOR

Com o tema "Somos Todos Servidores", o Tribunal de Justiça do Ceará definiu para 24 a 27 de outubro a semana de atividades em comemoração ao Dia do Servidor Público. Já confirmados na programação estão o humorista Haroldo Guimarães e o poeta Juarez Leitão. Os eventos ocorrerão no auditório Dom Aloísio Lorscheider, no subsolo do Tribunal.

SEREIA DE OURO

O desembargador Teodoro Silva Santos, integrante da 2ª Câmara de Direito Privado do TJCE, foi agraciado com o troféu Sereia de Ouro 2016 durante solenidade no Theatro José de Alencar no dia 30 de setembro. Também receberam a honraria a escritora Angela Maria Rossas Mota de Gutiérrez, o médico Anastácio de Queiroz Sousa e o cineasta Karim Aïnouz.



REVISTA THEMIS

O desembargador Heráclito Vieira de Sousa Neto, diretor da Escola Superior da Magistratura do Ceará, lançou o volume 13 da Revista Themis no último dia 23 de setembro, no auditório da Instituição. A revista é o periódico científico da Escola, que é publicado anualmente com artigos de magistrados e demais operadores do Direito. Está disponível para consulta no site <http://revistathemis.tjce.jus.br>.

É UMA SATISFAÇÃO

Juizes, servidores, terceirizados e estagiários poderão participar da Pesquisa de Clima Organizacional para mensurar o nível de satisfação dos colaboradores do Judiciário. A pesquisa, que já está na 4ª edição, ficará disponível na Intranet no período de 10 a 21 de outubro. Os participantes não precisam se identificar. Mais informações: pesquisaclima@tjce.jus.br ou (85) 3207.7564.

"As grandes dores são mudas."
- Khalil Gibran

MUDANDO
PARA



MELHOR

A VARA DE AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA ESTÁ DE MUDANÇA. A UNIDADE VAI COMEÇAR A FUNCIONAR NO PRÉDIO DA DELEGACIA DE CAPTURAS, NO CENTRO DE FORTALEZA



Com o objetivo de acabar com o deslocamento de presos até o Fórum Clóvis Beviláqua, que muitas vezes gerava atrasos, a Vara Única de Audiências de Custódia de Fortaleza está de mudança. O novo endereço será no prédio reformado da Delegacia de Capturas, no Centro da Capital.

A juíza Marlúcia Bezerra, titular da Unidade, acredita que a nova estrutura oferecida irá agilizar os trabalhos. “Nós iremos fazer audiências durante todo o dia, permitindo, assim, uma melhor condição de cumprimento do prazo de 24 horas para a realização de audiências de custódia. Além disso, não haverá mais a necessidade do deslocamento dos presos ao Fórum, já que estaremos trabalhando na própria delegacia onde estão recolhidos os presos em flagrante”, explica a magistrada.

Em agosto, a Vara de Audiências de Custódia completou um ano de funcionamento, com 6.518 decisões proferidas. O trabalho acontece em parceria com o Ministério da Justiça e consiste na garantia da rápida apresentação do preso a um juiz nos casos de prisões em flagrante. A unidade conta com a atuação de quatro juízes, nove servidores, seis estagiários, todos do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), além de equipe com seis policiais militares e dois servidores da Secretaria de Justiça, possibilitando assim a realização diária de cerca de quarenta audiências.

A reunião para tratar das últimas pendências sobre a mudança da unidade judiciária ocorreu na Diretoria do Fórum no dia 15 de setembro, com a participação dos secretários Moisés Antonio Fernandes (Infraestrutura) e Luciano Comin (Tecnologia), ambos do TJCE, servidores do Departamento de Engenharia, da Diretoria e do Departamento de Informática do Fórum. A previsão é de que a mudança aconteça em outubro.

SERVIÇO

Delegacia de Capturas - DECAP
Rua Conselheiro Tristão, 188 – Centro
(85) 3101-4912 / 4913

Iracema Vale
Presidente do TJCE

COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

A Lei Maria da Penha completou dez anos em vigor, e a Escola Superior da Magistratura do Ceará celebrou a data com realização de palestras e lançamento de livro



Um espaço dedicado ao debate da lei Maria da Penha e suas consequências para a sociedade foi o objetivo do evento realizado pela Escola Superior da Magistratura do Ceará (Esmec) no último dia 23 de setembro. “Nós, do Judiciário, e demais operadores de Direito precisamos de constante aperfeiçoamento e esse é um momento para demonstrarmos que estamos atentos”, explicou o desembargador Heráclito Vieira de Sousa Neto, diretor da Instituição.

O magistrado abriu as comemorações, que aconteceram no auditório da Escola, destacando que a Esmec “vem contribuindo para as discussões em torno do tema dos direitos das mulheres, que tiveram conquistas importantes nos últimos anos, como a citada lei, mas para que haja a tão sonhada igualdade de direitos, em todos os sentidos, é preciso que ocorram mudanças estruturais em nosso País.”

Na ocasião, as professoras Marinina Gruska Benevides e Maria Helena de Paula Frota palestraram, respectivamente, sobre os desafios para a efetivação dos direitos humanos das mulheres na sociedade brasileira e sobre a importância dos dez anos da Lei Maria da Penha.

Marinina, que também lançou seu livro “Os direitos humanos das mulheres: transformações institucionais, jurídicas e normativas no Brasil”, ressaltou que a Lei Maria da Penha é uma entidade salvadora para muitas mulheres no Brasil, pois propicia duas coisas importantes: o poder de polícia do Estado, já que ficou mais fácil prender o agressor, e a judicialização da violência contra a mulher, porque o acesso à Justiça foi facilitado.

A professora Helena Frota acredita que o fato de serem divulgados muitos casos de mulheres que fazem denúncias nas delegacias especializadas não significa que houve aumento nos casos de agressão. “O que aconteceu foi que, com a Lei Maria da Penha, as mulheres estão se empoderando e tomando coragem para fazer as denúncias, mas as agressões sempre existiram.”

A Lei Maria da Penha completou dez anos em sete de agosto, e soma avanços e mecanismos de proteção à mulher vítima de violência. Entre eles, está a aplicação das medidas protetivas, que podem ser solicitadas pelas mulheres na hora em que estiverem denunciando um crime.

TECNOLOGIA EM PROL DA SEGURANÇA

COMISSÃO DE SEGURANÇA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ PROMOVE AÇÕES PARA A MELHORIA DA SEGURANÇA DE MAGISTRADOS, SERVIDORES E USUÁRIOS DO PODER JUDICIÁRIO



OUTRAS MELHORIAS

Desde que foi regulamentada, em abril deste ano, a Comissão de Segurança do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) tem realizado estudos e ações com o objetivo de aprimorar o sistema de segurança no Judiciário cearense. Também faz parte do papel da Comissão propor, à presidência do TJCE e Corregedoria Geral da Justiça, diretrizes, medidas e projetos na área de segurança institucional.

E foi em busca de melhorias na segurança que, em setembro, a Comissão realizou reuniões no intuito de implantar o sistema de videoconferência na Justiça cearense. O objetivo é realizar conferências à distância, utilizando qualquer computador com acesso à Internet, aumentando, assim, a celeridade e a eficiência no processo judicial.

Segundo o presidente da Comissão, desembargador José Tarcílio Souza da Silva, o projeto “atende às expectativas do grupo e acredito que vá atender às necessidades das unidades judiciárias”. O projeto tem como vantagens trazer mais agilidade, segurança e economia ao Judiciário, além do aumento da qualidade da instrução e do julgamento, da prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva e da documentação dos depoimentos.

Entre os benefícios da implantação do projeto, também está a possibilidade proporcionar, tanto ao magistrado quanto às testemunhas de acusação, a redução de ameaças, principalmente nos casos de apenados de maior periculosidade; evitar o deslocamento do efetivo para a realização de proteção; garantir a dignidade da testemunha ou vítima e, ainda, evitar a possibilidade de fuga do apenado.

Entre os projetos da Comissão, está a construção de novo depósito de armas, que ficará no Fórum Clóvis Beviláqua. Segundo o tenente coronel Rodrigo Wilson Melo de Souza, chefe da Assistência Militar do Judiciário estadual, o equipamento vai ser único no Brasil. “O depósito vai ser como uma caixa forte, com todo sistema de segurança eletrônico, portas blindadas, sistema de acesso biométrico e sistema digital de cadastramento das armas. Então, vai dar uma segurança de 100% no controle das armas vinculadas a processos judiciais, que estão sob a guarda do Poder Judiciário.”

Além da construção, outras medidas estão em andamento ainda para esse ano. As ações envolvem a modernização do sistema de coleta, cadastro, guarda e destruição das armas apreendidas; sistema de segurança e monitoramento eletrônico das unidades judiciárias de Fortaleza; instalação de uma central de monitoramento no edifício do TJCE; aquisição de rádios para a comunicação da segurança nas unidades e promoção de curso de defesa armada para magistrados.

A Comissão de Segurança do TJCE foi regulamentada por meio da Resolução nº 11/2016, publicada no Diário da Justiça do dia 1º de abril. Integram o grupo, além do desembargador José Tarcílio, os desembargadores Paulo Airton Albuquerque Filho e Helena Lúcia Soares. Também fazem parte os juizes Roberto Soares Bulcão Coutinho Júnior, Demétrio Saker Neto e Welton José da Silva Favacho.

SUGESTÃO CULTURAL

Lina Elizabeth Vasconcelos
Servidora do Departamento de Serviços Judiciários de Apoio



A Lista de Schindler

O filme é baseado em fatos reais e fala da história do comerciante Oskar Schindler. Ele fazia parte do Partido Nazista, mas, acima de tudo, amava o ser humano. Oskar perdeu toda sua fortuna salvando a vida de mais de mil judeus dos campos de concentração. Elizabeth ressalta que a mensagem mais bonita que o filme mostra é o “amor ao próximo.” Ela destaca ainda, que o comerciante fez tudo para favorecer a vida.

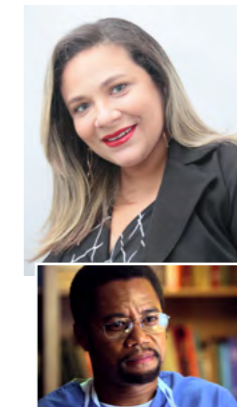
Rannjon Mikael
Funcionário da Assessoria de Comunicação do TJCE



Lost

O seriado foi lançado em 2004, e mostra a luta pela sobrevivência de passageiros que, após o avião em que estavam cair em uma ilha deserta, descobrem que o lugar esconde perigosos segredos. Ela foi encerrada em 2010 e conta com seis temporadas. Rannjon acredita que a série traz grandes lições de vida. “Quando estamos dispostos a trilhar um novo caminho, quem fomos e o que fizemos um dia não importa mais. O importante é recomeçar.”

Eliana Guerra
Técnica Judiciária do Setor de Distribuição do TJCE



Mãos Talentosas

O enredo conta a história de Ben Carson, um menino pobre da cidade de Detroit, que tirava notas baixas e não tinha perspectivas para o futuro. Ele acabou surpreendendo a todos ao se tornar um neurocirurgião com fama mundial. Segundo Eliana, “é um filme inspirador, que passa a lição de que não podemos desistir e, principalmente, acreditar em nós e nos nossos sonhos, não importando as dificuldades.”

Flávio Gonçalves
Analista Judiciário da Divisão de Educação Corporativa



A águia e a galinha

A obra do autor Leonardo Boff conta uma metáfora sobre a condição humana por meio da história de uma águia que foi capturada por um camponês e criada junto com as galinhas. Com o passar do tempo, ela passou a acreditar ser uma galinha. Para Flávio, a mensagem que o livro traz é que “não devemos nos abater pelas dificuldades da vida e com as eventuais situações que passamos e que ao invés de rastejar como galinhas, a gente aprenda a voar como águias.”



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA